



RESUMO

PRÁTICAS POLÍTICO-JURÍDICAS E ECONÔMICAS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E DA SOCIEDADE SUL BRASILEIRA ¿ 1930 A 1970

AUTOR PRINCIPAL:

ÁLISSON CARDOZO FARIAS

E-MAIL:

113037@upf.br

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Pibic UPF ou outras IES

CO-AUTORES:

PEDRO ALCIDES TRINDADE DE MELLO

ORIENTADOR:

IRONITA ADENIR POLICARPO MACHADO

ÁREA:

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

7 . 0 5 . 0 0 . 0 0 - 2

UNIVERSIDADE:

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INTRODUÇÃO:

O projeto tem por objeto de estudo os conflitos judiciais em torno da terra e as relações de poder, permanências e/ou mudanças e/ou rupturas com o processo histórico instaurado na República Velha. O objetivo circunscreve-se a contextualizar, identificar e compreender o processo histórico de ocupação do espaço rio-grandense, entre o período de 1930 a 1970, considerando as práticas político-jurídicas, legais e econômicas por meio da análise dos litígios judiciais em torno da propriedade da terra e da legislação agrária, das práticas políticas do poder judiciário e executivo, relativo à questão agrária durante a República Velha, no norte do Planalto Rio-Grandense.

METODOLOGIA:

Por meio da crítica externa e interna de processos judiciais cíveis em torno da terra, que tramitaram no período de 1930 a 1970. A metodologia aplicada trata objetivamente de localizar, classificar e sistematizar os processos jurídicos de jurisdição de diversas comarcas do Rio Grande do Sul, localizados no Arquivo Histórico Regional ¿ UPF, bem como a heurística e crítica da Coletânea de Legislação Agrária Estadual e Nacional (AHR/UPF e Arquivo Público de Porto Alegre). Dessa forma, pretende-se ampliar o banco de dados sobre a temática e os pressupostos metodológicos sobre as fontes primárias, visando o desenvolvimento de novas pesquisas tanto no campo da História, quanto do Direito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A análise da questão agrária no Judiciário no Planalto Rio-Grandense no período de 1930 a 1970 é durante a conhecida Era Vargas que se constitui em torno de um projeto socioeconômico nacional e autônomo e da dita República Populista Desenvolvimentista; é nos permitirá analisar as conjunturas da estrutura política, econômica e jurídica da história agrária na sociedade sul brasileira do período. Nessa perspectiva, pretende-se analisar as permanências e as mudanças com relação à conjuntura histórica constituída na República Velha, caracterizando as políticas públicas, as legislações e os sujeitos envolvidos na questão agrária, na constituição da modernização do Estado, no processo de ocupação do espaço, observando as noções e práticas trazidas pelo capitalismo.

CONCLUSÃO:

A atual etapa da pesquisa caracteriza-se pela heurística e crítica das fontes. A amostragem de trabalho constitui-se em um universo que totaliza 14.634 peças de processos da Justiça Estadual (RS) da Comarca de Soledade, cujo interesse do estudo é interpretar o papel da terra e do judiciário no processo de racionalidade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MACHADO, Ironita Policarpo. Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul é 1890 é 1930. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador